

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.310.071 - SP (2018/0144430-0)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
AGRAVANTE : METROPOLITAN LIFE SEGUROS E PREVIDÊNCIA PRIVADA SA
ADVOGADO : MARCIO ALEXANDRE MALFATTI - SP139482
AGRAVADO : DINAMAR REALINO PANTALEÃO FUCHIWAKI
ADVOGADOS : FERNANDA MORATO DA SILVA PEREIRA - SP317831
HELOISA CHUBACI BEZERRA DE MENEZES E OUTRO(S) - SP332633

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por METROPOLITAN LIFE SEGUROS E PREVIDÊNCIA PRIVADA S.A. contra decisão que inadmitiu o recurso especial. O apelo extremo, com fundamento no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, insurge-se contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

A denegação se deu em virtude da incidência da Súmula nº 7/STJ e pela ausência de similitude fática na demonstração da divergência jurisprudencial.

É o relatório.

DECIDO.

O acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

O recurso não merece prosperar.

Constata-se que as razões do agravo deixaram de impugnar a questão da ausência de similitude fática na demonstração da divergência jurisprudencial, atraindo, portanto, a aplicação do disposto no art. 932, inciso III, do CPC/2015, que impõe ao relator não conhecer do recurso *"que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida"*.

Importante frisar que, no recente julgamento do EAREsp 746.775/PR, julgado em 19/9/2018, DJe 30/11/2018, a Corte Especial deste Tribunal reafirmou o entendimento no qual **é necessária a impugnação específica de todos os fundamentos da decisão agravada, sob pena de incidência da súmula 182/STJ.**

Ante o exposto, não conheço do recurso.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília-DF, 25 de setembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator